



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2019-05-03

DELIBERAÇÃO

⇒ [Voto n.º 820/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PSD) - De pesar pelo falecimento do Comendador Ângelo Azevedo;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 821/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PS) - De Louvor à Equipa de Futsal Sporting Clube de Portugal pela conquista da Liga dos Campeões de Futsal;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 822/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PS) - De Louvor à Equipa de futebol do Futebol Clube do Porto pela conquista da UEFA Youth League 2019;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 823/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PSD) - De louvor à Equipa de Futsal do Sporting Clube de Portugal;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 824/XIII/4.^a](#) (apresentado pelo PSD) - De louvor à Equipa Sub-19 do Futebol Clube do Porto;

Aprovado por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 1204/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Aprova as normas orientadoras do Plano Ferroviário Nacional e um programa de investimentos para a sua execução;

Favor – BE e PAN

Contra – PSD, PS, CDS-PP e Ninsc

Abstenção – PCP e PEV

Rejeitado

VOTAÇÃO GLOBAL

⇒ [Proposta de Resolução n.º 87/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda, em 18 de setembro de 2018;

Aprovada por unanimidade

⇒ [Proposta de Resolução n.º 89/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru no domínio da Redução da Procura e da Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado em Lisboa, em 30 de janeiro de 2012;

Aprovada por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 703/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Flexibilização dos horários das creches através de acordos de cooperação com a Segurança Social, incentivos à sua constituição por parte das empresas e promoção de acordos entre estabelecimentos de infância e entidades empregadoras;

Favor – PSD, CDS- PP e PAN

Contra – PS, BE, PCP, PEV e Ninsc

Rejeitado

Abstenção –

⇒ [Projeto de Resolução n.º 704/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo o aumento de três para cinco ciclos de tratamentos de Procriação Medicamente Assistida, comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde;

Favor – PSD e CDS-PP

Contra – PS, BE, PCP, PEV e Ninsc

Rejeitado

Abstenção – PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 715/XIII/2.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;

Aprovado por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2013/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que intensifique o controlo das espécies invasoras no Parque Nacional da Peneda-Gerês;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2076/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à elaboração dum Plano Nacional de controlo e erradicação florestais das espécies invasoras nas áreas protegidas;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2089/XIII/4.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a elaboração de um Plano de Ação Nacional para a Vigilância e Controlo das Exóticas Lenhosas Invasoras, priorizando as áreas protegidas;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2104/XIII/4.ª \(PEV\)](#) – Plano de ação para monitorizar, controlar e eliminar espécies invasoras lenhosas, em particular nas áreas protegidas e nas áreas percorridas por incêndios;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2107/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a intensificação do combate a espécies exóticas invasoras;

Aprovado por unanimidade

Baixa à 11.ª Comissão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ ***Texto Final** apresentado pela **Comissão de Defesa Nacional** relativo à [Proposta de Lei n.º 172/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei de Programação Militar;

⇒ **Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão**

Aprovado por unanimidade

**Obrigatoriedade de votação na especialidade em Plenário, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e do n.º 4 do artigo 168.º da CRP.*

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ ****Texto Final** apresentado pela **Comissão de Defesa Nacional** relativo à [Proposta de Lei n.º 172/XIII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei de Programação Militar;

Favor – (170) PSD, PS, CDS-PP e Ninsc

Contra – (19) BE

Abstenção – (18) PCP, PEV e PAN

Aprovado

***Maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, com recurso a votação eletrónica, nos termos da alínea d) do artigo 164.º, n.º 2 do artigo 166.º e n.º 5 do artigo 168.º da CRP e do n.º 4 do artigo 94.º do RAR.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Saúde** relativo aos [Projetos de Lei n.º 1007/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Acesso à identidade civil de dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dádivas anteriores a 24 de abril de 2018 (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho); [1010/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Regime de acesso à informação sobre a identificação civil dos dadores no âmbito dos processos de Procriação Medicamente Assistida; [1024/XIII/4.ª \(PS\)](#) - 5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Lei da Procriação Medicamente Assistida) – Adequa o regime de confidencialidade dos dadores ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional; [1031/XIII/4.ª \(PCP\)](#) - Estabelece o regime de confidencialidade nos tratamentos de procriação medicamente assistida (5ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida); e [1033/XIII/4.ª \(PAN\)](#) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 32/2006 de 26 de junho, permitindo o acesso da identidade do dador de gâmetas ou embriões por pessoas nascidas em consequência de processos de Procriação Medicamente Assistida;

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV, PAN e Ninsc

Contra – CDS-PP

Abstenção –

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.ª \(ALRAM\)](#) - Procede à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade;

Favor – PCP e PEV

Contra – PS

Abstenção – PSD, BE, CDS-PP, PAN e Ninsc

Rejeitada

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo CDS-PP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP aos Projetos de Lei n.ºs [431/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós; e [455/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de 6 semanas antes da data presumível do parto;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da proposta de alteração ao artigo 40.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual e ao artigo 30.º do Decreto-lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, ambos constantes do [Projeto de Lei n.ºs 177/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade;

Aprovados por unanimidade

(Ver guião suplementar)

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ ***Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Trabalho e Segurança Social** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 177/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade; [354/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas; [462/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido; [214/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Reforça a licença parental inicial até 210 dias, alarga o período de licença parental em caso de nascimento prematuro e estende a dispensa para amamentação e aleitação ao acompanhamento à criança até aos três anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; [344/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Protege a trabalhadora grávida, puérpera ou lactante no período experimental, tornando obrigatório parecer prévio da cite em caso de denúncia do contrato de trabalho por parte da entidade empregadora; [461/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência ou doença rara; [566/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA e alarga o período de licença parental exclusiva do pai (15.^a alteração ao Código do Trabalho e 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril); [431/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós; [455/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.^a Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à 3.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de 6 semanas antes da data presumível do parto; [741/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) - Procede à 15.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece a dispensa para assistência a filho, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação; [738/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, introduzindo alterações ao regime da adoção e adaptando o regime de proteção na parentalidade à procriação medicamente assistida; [739/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade; [740/XIII/3.^a \(PS\)](#) - Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo; e à [Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.^a \(ALRAM\)](#) - Procede à 13.^a alteração ao Código do Trabalho e à 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade;

Aprovado por unanimidade

*Os autores dos projetos de lei retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição.



VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Trabalho e Segurança Social** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 177/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade; [354/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas; [462/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido; [214/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Reforça a licença parental inicial até 210 dias, alarga o período de licença parental em caso de nascimento prematuro e estende a dispensa para amamentação e aleitação ao acompanhamento à criança até aos três anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; [344/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Protege a trabalhadora grávida, puérpera ou lactante no período experimental, tornando obrigatório parecer prévio da cte em caso de denúncia do contrato de trabalho por parte da entidade empregadora; [461/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência ou doença rara; [566/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA e alarga o período de licença parental exclusiva do pai (15.ª alteração ao Código do Trabalho e 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril); [431/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós; [455/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de 6 semanas antes da data presumível do parto; [741/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) - Procede à 15.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece a dispensa para assistência a filho, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação; [738/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, introduzindo alterações ao regime da adoção e adaptando o regime de proteção na parentalidade à procriação medicamente assistida; [739/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade; [740/XIII/3.^a \(PS\)](#) - Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo; e à [Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.^a \(ALRAM\)](#) - Procede à 13.^a alteração ao Código do Trabalho e à 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade;

⇒Votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Trabalho e Segurança Social** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 177/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade; [354/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas; [462/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Cria a licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar de recém-nascido; [214/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Reforça a licença parental inicial até 210 dias, alarga o período de licença parental em caso de nascimento prematuro e estende a dispensa para amamentação e aleitação ao acompanhamento à criança até aos três anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; [344/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Protege a trabalhadora grávida, puérpera ou lactante no período experimental, tornando obrigatório parecer prévio da cite em caso de denúncia do contrato de trabalho por parte da entidade empregadora; [461/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência ou doença rara; [566/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Estabelece a igualdade na parentalidade em caso de adoção, incluindo a adoção por casais do mesmo sexo, e de utilização das técnicas de PMA e alarga o período de licença parental exclusiva do pai (15.ª alteração ao Código do Trabalho e 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril); [431/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, flexibilizando a licença parental exclusiva do pai e alargando o gozo da licença parental complementar e da licença para assistência a filho aos avós; [455/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Procede à 11.ª Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, majora o período de licença parental, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, em 60 dias e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

cria a licença parental para nascimento prematuro, associado a deficiência ou doença rara, com mais de 6 semanas antes da data presumível do parto; [741/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) - Procede à 15.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, estabelece a dispensa para assistência a filho, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação; [738/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, introduzindo alterações ao regime da adoção e adaptando o regime de proteção na parentalidade à procriação medicamente assistida; [739/XIII/3.^a \(PAN\)](#) - Procede à alteração do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, reforçando o regime de proteção na parentalidade; [740/XIII/3.^a \(PS\)](#) - Proteção da parentalidade nas situações de adoção e de recurso à procriação medicamente assistida por casais de pessoas do mesmo sexo; e à [Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.^a \(ALRAM\)](#) - Procede à 13.^a alteração ao Código do Trabalho e à 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade;

Aprovado por unanimidade